

## ATA DE REUNIÃO

A reunião ocorreu no dia 11/03/2020 no Gabinete da SPG. A coordenadora da reunião foi Verônica Luciana.

O objetivo da Reunião de Comissão da Participação Feminina foi discutir e propor as ações do plano de ação da Comissão para o ano de 2020.

Participaram da reunião: Verônica Luciana da Silva, Amanda Bretas Machado, Nívia Passos Barberino Pereira, Felisberto Bulcão, Benjamin Batista de Macedo Neto, Luciana Bichara, Maria Isabel de Barros Brandão.

Na oportunidade foi elaborado o plano de ação para o ano de 2020, no qual restou consignado as seguintes atividades:

- Capacitação de mulheres para participarem ativamente na política, proposta pela representante de EJE, com o objetivo de realizar um workshop para capacitar mulheres que desejem entrar na política. Discutiu-se sobre como as aulas serão ministradas pelos expositores que deverão formular e disponibilizar os materiais a serem utilizados. As aulas também serão gravadas para a plataforma EAD da EJE/BA e EFAS/BA. As unidades que compõem a comissão deverão, cada um em sua atribuição, formular o projeto pedagógico, a programação, divulgar o evento nas redes sociais, organizar na sede do TRE/BA da certificação das mulheres que concluíram o curso, promover a celebração de acordo de cooperação com entidades interessadas em ajudar o projeto, convidar as comissões femininas dos partidos políticos e toda a sociedade interessada.
- Realização de sexta cultural pela Escola Judiciária o objetivo de debater sobre a participação da mulher na política.
- Projeto Politiza Mulher, proposto pelo representante da ASCOM, no qual Serão produzidos ao longo do ano de 2020 – a partir de março, mês da mulher – cinco eventos educativos no Tribunal que abordem a questão da participação feminina na vida política e judiciária, fomentando essa discussão com a participação de personalidades mulheres políticas ou que tenham participação institucional no Judiciário. A proposta visa incentivar a chegada da mensagem relativa à igualdade de gênero aos mais diversos públicos e segmentos da sociedade: jovens e cidadãos em geral; mesários; partidos políticos; candidatos e ocupantes de cargos eletivos; instituições públicas e privadas; magistrados e servidores da Justiça Eleitoral. Para isso, deverão ser firmadas parcerias institucionais para o fortalecimento de redes de cooperação, como Universidades, órgãos executivos, legislativos e judiciários, e a Ordem dos Advogados do Brasil.

No decorrer da reunião foram discutidos aspectos práticos dos eventos elaborados, como reserva de auditório, convite para autoridades, insumos, dentre outros. Além disso, a chefe da EFAS informou que iniciou as tratativas com uma promotora para realizar evento em maio juntamente com temas afetos às eleições.

